



## **ACAMPAMENTO PRODUTIVO: A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO ACAMPAMENTO DOM CELSO – MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL –TO**

<sup>1</sup> Suzanne Paranhos Matos

<sup>2</sup> Elizeu Ribeiro Lira

**Resumo:** Objetiva-se compreender o processo de luta pela terra no Tocantins através do processo de territorialização dos camponeses no acampamento Dom Celso, situado em Porto Nacional – TO, organizado pelo MST e composto por famílias oriundas de históricos de expulsão do campo, logo viviam nas periferias de Porto. Estes reivindicam área já destinada à reforma agrária denominada P.A. Retiro, criado em 1995, que, porém, foi apropriada por outros, contrariando requisitos da reforma agrária. Nota-se uma outra metodologia na organização da luta pela terra no estado: de “beira-de-estrada” para “acampamentos produtivos”. Pesquisa realizada nos eixos: revisão bibliográfica e trabalho de campo, para além dos conflitos, destaca-se a identificação dos acampados com o território que preserva cerrado e mata ciliar, com áreas sombreadas, presente espaço comum e outras para plantio e moradias, trazendo consigo a cultura extrativista, pesca e coleta, somando ao cultivo de alimentos.

**Palavras-chave:** conflitos por terra; P.A. Retiro; camponeses sem terra, periferia, reforma agrária.

**Abstract:** The aim is to understand the process of struggle for land in Tocantins through the process of territorialization of peasants in the Dom Celso camp, located in Porto Nacional – TO, organized by the MST and composed of families with a history of expulsion from the countryside, who then lived on the outskirts. from Porto. They claim an area already destined for agrarian reform called P.A. Retiro, created in 1995, which was appropriated by others, contrary to agrarian reform requirements. Another methodology can be seen in organizing the struggle for land in the state: from “roadside” to “productive camps”. Research carried out along the axes: bibliographical review and fieldwork, in addition to conflicts, the identification of campers with the territory that preserves cerrado and riparian forest, with shaded areas, present common space and others for planting and housing, bringing with them extractive culture, fishing and collecting, adding to food cultivation.

**Keywords:** conflicts over land; P.A. Retiro; landless peasants, periphery, agrarian reform.

### **INTRODUÇÃO**

Para o estudo das questões agrárias no Tocantins é necessário compreender a luta pela terra, os sujeitos camponeses e seu histórico de lutas, as políticas de reforma agrária e o poder do latifúndio que impõe a expulsão do povo camponês de seus territórios, bem como a dificuldade de acesso à terra pelos camponeses, por que a classe latifundiária opera na criação e determinação das leis, sua execução e implementação, direta ou indiretamente ocupando os

1 Mestranda no PPGG da Universidade Federal do Tocantins – UFT. [matosarq@yahoo.com.br](mailto:matosarq@yahoo.com.br)

2 Orientador: Elizeu Ribeiro Lira – PPGG – UFT. [liraelizeu@uft.edu.br](mailto:liraelizeu@uft.edu.br)

Resumo Expandido resultado de Projeto de Pesquisa, em Programa de Pós-Graduação em Geografia.



espaços do poder judiciário, poder legislativo e executivos, desde a escala da União, até aos estados e municípios, assim perpetuam e monopolizam a terra, concentrada nas mãos de poucos, direcionando os subsídios do Estado para a produção agroexportadora e especuladora.

Visando que as instituições do Estado atendam às demandas dos camponeses sem terra por viver no campo, isto é, por um território camponês, os acampamentos de luta pela terra vêm sofrendo transformações na forma de se territorializar a luta.

Assim, entender a territorialização da luta pela terra no Acampamento Dom Celso precede analisar a metodologia Acampamento Produtivo, que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra tem aplicado, desde 2015, nas ocupações de terras no Tocantins.

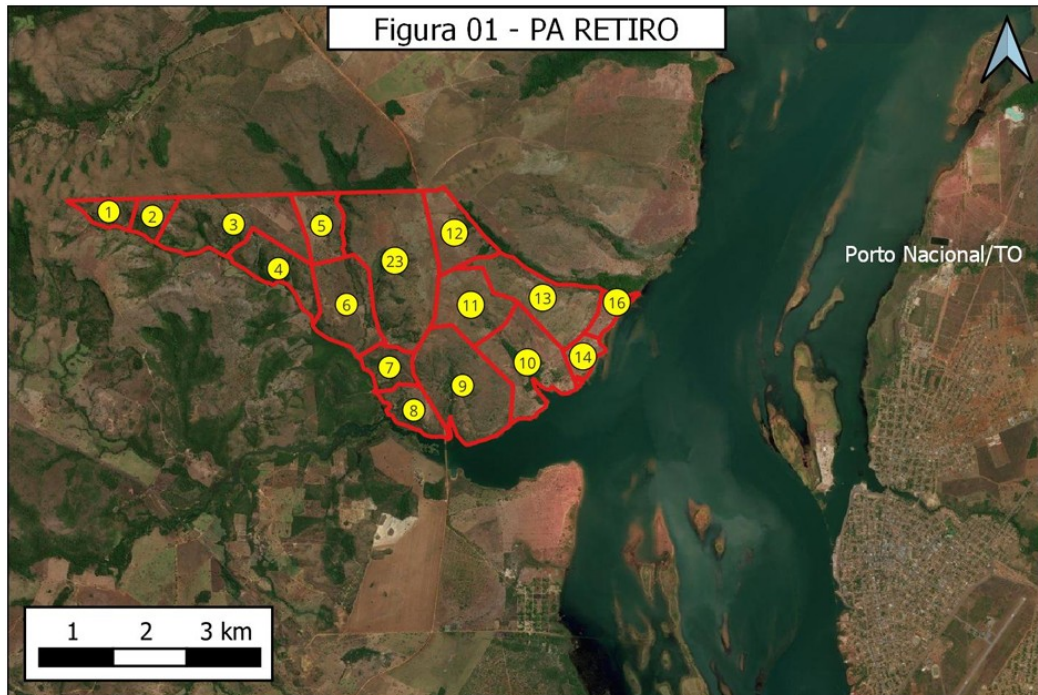
Metodologia esta que visa a continuidade da luta pela terra em meio as condições encontradas, na gestão política nacional e estadual dos últimos anos, as quais têm dificultado a luta, lembrando que campanhas ideológicas de presidentes eleitos traziam mensagens como “invasão zero”, que afetam diretamente a luta e a forma de organização e reivindicação.

Assim, as margens das rodovias estão com a paisagem do cerrado modificadas bruscamente, nos últimos anos, ocupadas como projeção das enormes plantações de monocultivo de soja, não deixam espaço para a luta pela terra, nos acampamentos beira de estrada. Luta que é criminalizada e perseguida pelo estado, enquanto a agricultura de exportação tem caminho livre para usar os recuos das rodovias pertencentes ao sistema viário, e dessa forma impedir que se possa organizar acampamentos beira de estrada, já que as áreas estão ocupadas com produção de interesse econômico e prioritário do estado brasileiro.

Em 2015, camponeses sem terra, organizados pelo MST, iniciam a luta pela retomada das terras da reforma agrária no Acampamento Dom Celso, localizado em Porto Nacional a 18 km da sede do município.

A área reivindicada trata-se do P. A. Retiro (Projeto de Assentamento Retiro), criado pelo INCRA, SR-26, para fins de reforma agrária em 1995, conforme a Portaria nº 93 de 10 de janeiro de 1995, onde na época foram assentadas 12 famílias. Os lotes ao longo do tempo foram apropriados de forma irregular por pessoas sem os requisitos para beneficiário da reforma agrária, como funcionários públicos e empresários.

Figura 1 – Lotes do Assentamento PA Retiro



Fonte: SR-26 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

A pesquisa busca compreender o processo de luta pela terra no Estado do Tocantins através do processo de territorialização dos camponeses no Acampamento Dom Celso, evidenciando que nos últimos anos, a estratégia de organizar o território da luta mudou de acampamento “beira de estrada” para “acampamento produtivo” ocupando o interior das áreas reivindicadas. Analisando as concepções teórico geográficas sobre acampamentos produtivos no processo de luta pela terra. Identificando o grau de organização territorial diante dos conflitos no Acampamento Dom Celso e o processo de identidade territorial e pertencimento ao campesinato. E ainda, analisando se as políticas públicas do governo federal têm afetado as condições de vida dos acampados.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa fundamenta-se em dois eixos de orientação: num revisão bibliográfica; noutro, trabalhos de campo e análise documental, para a compreensão das concepções teórico geográficas sobre acampamentos produtivos no processo de luta pela terra no território de luta em estudo, o Acampamento Dom Celso em Porto Nacional – TO, os acampados, os desafios enfrentados, conflitos e estratégias de luta.

1 Mestranda no PPGG da Universidade Federal do Tocantins – UFT. [matosarq@yahoo.com.br](mailto:matosarq@yahoo.com.br)

2 Orientador: Elizeu Ribeiro Lira – PPGG – UFT. [liraelizeu@uft.edu.br](mailto:liraelizeu@uft.edu.br)

Resumo Expandido resultado de Projeto de Pesquisa, em Programa de Pós-Graduação em Geografia.





A revisão bibliográfica é desenvolvida com base em pesquisa teórica nos estudos de pesquisadores de referência na Questão Agrária. Enquanto a pesquisa de campo, é desenvolvida com os camponeses do Acampamento Dom Celso, em Porto Nacional e organizados pelo MST/TO.

A pesquisa de campo, através da metodologia de pesquisa histórico dialética, possibilitando realizar as análises a partir da observação e entrevistas, com confrontações entre a teoria e a prática, contribuindo no processo da produção do conhecimento. Tal modo a trabalhar com a história de vida dos indivíduos expondo sobre as vivências, experiências, lutas, formas de resistências e conhecimentos populares, traduzindo as memórias individuais e coletivas, como parte da história dessa classe social que desencadeia em reconstruir o histórico de vivências em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Segundo uma militante do MST-TO afirmou no XX Encontro Estadual MST Tocantins (realizado em janeiro de 2018 no próprio Acampamento Dom Celso), essa metodologia de ocupação de terras, busca territorializar a luta juntamente com a produção no mesmo território e no mesmo tempo de ações coletivas, conforme os próprios camponeses historicamente têm resistido e lutado pela terra. Isto é, ocupando como posseiros, ou seja, ocupando glebas (posse) autônomas dentro da área ocupada e reivindicada, dessa forma já se vive a terra, construindo as relações de posse, produção e processos de reconhecimento e participação neste território de vida camponesa, mas que é de constante luta pelo direito à terra, de luta para afirmar-se e firmar-se como camponês e, portanto, concretizar as condições de permanência no campo.

“Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, "gendarmes de plantão" dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores” (OLIVEIRA, 1989).

Embora seja necessário esclarecer que o conceito de posseiro nesse caso, torna-se confuso em função de que os sujeitos que ocupam a terra não são posseiros, são na verdade sem terras que procuram ocupar a terra já com a possibilidade de nela produzir, isto tem um



sentido contraditório, pois perdem o espaço de formação política que é proposto nos acampamentos de beira de estrada.

“O posseiro é aquele que toma a posse da terra para a sua subsistência. Por sua vez, definimos como grileiro como aquele que invade, ou reclama para si, a terra do posseiro. Como estes não têm documentação que ateste sua propriedade sobre a terra, os grileiros utilizam-se de diversos artifícios para se apossar dela, inclusive falsificando documentos para, de forma ilegal, tornar-se dono por direito de terras devolutas ou de terceiros. Convém chamar a atenção para o fato de que os grileiros geralmente são grandes proprietários de terras ou empresas que atuam dessa forma para aumentar seus latifúndios e contam com apoio, não declarado, de agentes públicos” (MARTINS, 1989).

Nota-se certo “cansaço” por parte dos militantes quanto à continuidade de acampamentos beira de estrada, frente ao aumento constante da intolerância e violência contra os acampados que, segundo analisam, estariam mais vulneráveis, conseqüentemente, a toda sorte de ataques por tal condição de exposição do acampamento.

“Sempre ouvi, nos acampamentos de Sem-Terra, os camponeses acampados dizendo frases como

... Portanto, a chegada à cidadania de grande parte destes pobres passa pela Reforma Agrária. Mas, passa também por uma proposta de Reforma Agrária que tem de ser assumida como proposta de transformação desta sociedade, em busca de justiça, dignidade e solidariedade” (OLIVEIRA, 1989).

Não obstante, da mesma forma que a exposição se torna perigosa, ela também sempre foi colocada para justamente visibilizar as lutas, como também viabilizá-las. Isto é, tornando mais acessível o território de luta, para provocar e sensibilizar a população a (re)conhecer o problema social causado pela negação do acesso à terra. Assim, a negação do campesinato é um processo permeado pelo conflito ideológico, de fato, entre aqueles que pertencem à classe camponesa e/ou lutam por ela, e aqueles que usam a terra como um suporte de acumulação rentista-capitalista.

Assim entendemos que há problemas nessa “nova” metodologia. Porque ela destoa em relação à forma tradicional de acampar, na qual historicamente o MST tem se organizado, ou seja, em acampamentos a beira de estrada, centrados na formação política em busca da consciência/reconhecimento como classe social camponesa, fortalecendo a continuidade e resistência na luta, por conhecerem seus direitos, o processo histórico de sua classe colocando a união pela causa acima dos conflitos e contradições internas que surgem cotidianamente, frente às dificuldades de sobrevivência e organização do território de luta. Enquanto

1 Mestranda no PPGG da Universidade Federal do Tocantins – UFT. [matosarq@yahoo.com.br](mailto:matosarq@yahoo.com.br)

2 Orientador: Elizeu Ribeiro Lira – PPGG – UFT. [liraelizeu@uft.edu.br](mailto:liraelizeu@uft.edu.br)

Resumo Expandido resultado de Projeto de Pesquisa, em Programa de Pós-Graduação em Geografia.



Acampamento Produtivo acaba trazendo a centralidade na produção, em detrimento de priorizar a formação política da classe camponesa e o modo de vida camponês.

“Assim a violência no campo vem se agravando cada vez mais a ponto de OLIVEIRA A. U. considerar como um período de Barbárie. (...) estar sendo assim com os camponeses do acampamento Dom Celso onde pistoleiros queimaram todos os barracos, foi assim com os camponeses do acampamento Clodomir de Moraes onde houve um ataque de pistoleiro à noite e um idoso com mais de 75 anos foi gravemente ferido. Isso nos faz refletir sobre esse calendário nefasto da violência contra os camponeses na região de Porto Nacional, e penso que as teses da valorização das terras através da construção da Belém- Brasília e da construção da ponte sobre o rio Tocantins não explicam por completo o fenômeno, (...) A violência contra os escravos nos engenhos, nas minas de ouro, nos latifúndios criacionistas e nos cortiços urbanos; a violência contra as nações indígenas resultando no fins de seus territórios originários e na completa extinção de povos que não aceitaram o contato, é para nós a raiz do processo que replica, historicamente como prenuncia Marx na tragédia, na violência contra o camponês, o sujeito social que agora representa a liberdade, a resistência ao trabalho escravo, ao aldeamento, enfim, resiste à violação de seu direito à posse da terra” (LIRA, 2018. Geografia Agrária do Tocantins, p.158).

Um estudo sobre a reforma agrária no Brasil se torna num esforço intenso e um tanto arriscado para o pesquisador, pois é uma temática recheada de conflitos, injustiças e interesses da oligarquia agrária que acaba por envolver outros interesses político-partidários como afirma OLIVEIRA (1989), os sinais do latifúndio estão em toda a história da questão fundiária brasileira. Portanto, o projeto de pesquisa questiona e busca compreender as condições objetivas que tornam possível ou não a materialização da estratégia de luta de Acampamento Produtivo adotada pelo MST na organização do Acampamento Dom Celso.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Ocupações indevidas e a (re)latifundialização da terra**

O acampamento Dom Celso reivindica a área de lotes do PA Retiro, que teve famílias assentadas em 1995, mas que sofre o processo de latifundialização, com ocupações e sujeitos que destoam dos critérios estabelecidos para os beneficiários da Reforma Agrária. Os lotes que pertencem ao INCRA estavam (outros ainda estão) ocupados por empresários, funcionários públicos, etc, não configuram como camponeses, e buscam a terra para o lazer do final de semana ou exploração da terra com agricultura intensiva de soja e criação de gado.

(...) Os outros lotes estão ocupados para fins de plantio de soja (Lote 23), criação de gado e, como área de lazer, por pessoas de boa condição financeira, de improvável enquadramento na reforma agrária, (empresários, fazendeiros de soja e gado, funcionários públicos, etc).



3. Não foi possível ter acesso aos lotes 14 e 16 (na beira do Lago) em razão do fechamento da estrada pelos ocupantes do Lote 13 (porteira com cadeado). Em razão disso, acreditamos ser possível os mesmos estarem também ocupando os lotes citados, apesar de já reintegrados ao Incra na via judicial. Firmo essa opinião em razão dos acampados informarem não transitar por essas áreas por cautela de segurança. (...) (INCRA, 2022)

Observa-se uma morosidade grande e destinação de recursos financeiros e técnicos muito aquém da necessidade de investimento para execução das políticas de reforma agrária e valorização da agricultura familiar, ao mesmo tempo que há uma contrastante e constrangedora situação de investimento e valorização do latifúndio. O caso do Lote 23, do PA Retiro, em processo judicial pelo INCRA, para retornar as funções da reforma agrária, e aguardado pelas famílias acampadas no Dom Celso, que estão em luta desde 2012, teve sua área devastada, para a produção industrial da soja em 2023.

### **Reintegração de posse, violência e despejo**

Desde o início o acampamento sofreu e enfrentou ameaças violentas, desde tiros para que deixassem a área. Houve processo judicial do ocupante do Lote 10, que conseguiu um documento irregular de registro sem validade, pois perdeu na justiça federal, para o INCRA, que tem a propriedade da área para fins de Reforma Agrária, porém o documento foi usado pelo judiciário estadual para expulsar os acampados numa imposição de forças sobre a luta pela terra.

Em 2024, após muitos processos de organização e luta no Acampamento Dom Celso, os acampados são novamente surpreendidos por policiais com mandado para retirarem seus pertences, com caminhões para levarem dali a pouca mobília que utilizam e com tratores para demolirem sua moradias. Sem aviso prévio, ou prazo para contestação, resposta ou busca de um advogado ou da Defensoria Pública. Assim foram despejados, mesmo com a denúncia em alguns meios de comunicação repercutida, a opinião pública, segue, em sua maioria, entendendo que os acampados provavelmente devem estar errados, pois veem as forças policiais do estado com mandados judiciais para a desocupação. A luta como relata o Messias Barbosa, dirigente estadual do MST:

A Luta pela Reforma Agrária enfrenta criminalização de todos os sentidos, de todas as formas. E os que lutam por ela são pouquíssimos, gente extremamente “fraca”, em todos os sentidos, econômico, político, ideológico, no sentido da formação,

1 Mestranda no PPGG da Universidade Federal do Tocantins – UFT. [matosarq@yahoo.com.br](mailto:matosarq@yahoo.com.br)

2 Orientador: Elizeu Ribeiro Lira – PPGG – UFT. [liraelizeu@uft.edu.br](mailto:liraelizeu@uft.edu.br)

Resumo Expandido resultado de Projeto de Pesquisa, em Programa de Pós-Graduação em Geografia.





grande maioria são analfabetos. As terras estão ocupadas pelo agronegócio e esse povo vai ter que ser destinado para uma terra. Eles não querem que seja. (Messias, 2025)

### **A Questão do Minifúndio e o Processo Produtivo**

A necessidade de lotes em assentamentos da reforma agrária para quantidades de famílias a espera de assentar-se está criando um outro padrão de lotes para essas famílias que são menores, configurando-se como minifúndios. No último estudo do INCRA para assentar as famílias do Dom Celso, que são 42 famílias. A solução encontrada para assentar ao maior número de famílias possível, 32 famílias, conforme parecer do INCRA, foi o parcelamento dos quatro lotes do PA Retiro, que encontram em processo avançado para a regularização, lotes 10, 11, 14 e 16, com áreas de três e quatro hectares (3 e 4 ha), com previsão das áreas de preservação e as áreas de uso comum do assentamento.

Implicando numa redução das possibilidades de produção, restrição criação de animais de grande porte como gado bovino, que as famílias terão que se adequar a escolha da produção à área disponível.

Foi justificado no parecer que a disposição dos lotes foi definida de forma que os todos os lotes tivessem acesso a fontes de água alguns da Represa UHE sobre o Rio Tocantins, outros do córrego Serragem localizado no interior do . Poucos lotes, quatro, ficaram sem o acesso direto à água, porém com acesso direto à rodovia onde, também, foi prevista uma área de uso comum para a função de venda da produção do futuro Assentamento Dom Celso.

### **O associativismo e a questão da centralidade da terra na luta**

A organização do território pelos camponeses e camponesas acampados e pelo MST/TO, criou além dos setores organizativos que articulam para que as necessidades de saúde, educação, segurança, produção dentre outras sejam compreendidas e atendidas no acampamento, criou-se em paralelo uma associação organizar e prestar contas da produção e venda dos produtos com coordenadores para organização interna e outros coordenadores para a associação do acampamento.

Observa-se que ocupar direto na terra mobiliza outras prioridades e disputas internas nas decisões do planejamento das ações do acampamento. E que a prioridade de organizar e compreender a luta pela terra muitas vezes se desvia do centro da articulação, devido outras preocupações geradas e sobrepostas ao fato de que ainda não estão assentados e precisam priorizar estratégias e ações que mobilizem a permanência na luta pela conquista da terra, atentos a outros movimentos, sejam de interferência violenta do latifúndio para desmobilizar a





luta, ou interferência jurídicas, como já ocorreu diversas vezes contra os camponeses e seu território de luta, o Acampamento Dom Celso.

A associação leva os acampados a conformarem-se priorizando as relações facilmente entendidas pelo acesso ao dinheiro em troca da produção, entendendo-se com empreendedores, organizados pela pessoa jurídica da associação, esquecendo-se da compreensão como classe vulnerável diante da classe que opera o agronegócio e o latifúndio e que não fica satisfeita enquanto não tem o controle de todas as terras e nesse controle os camponeses não são considerados, o interesse do latifúndio centrado na terra e com poder econômico abre oportunidade de tomar as terras com suas justificativas de desenvolvimento econômico e produtividade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acampamento produtivo: visando que as instituições do Estado atendam às demandas dos camponeses sem terra por viver no campo, os acampamentos da luta pela terra vêm sofrendo transformações na forma de se territorializar a luta à medida que os mesmos deixam de ocupar a beira de estrada e buscam ocupar o interior das áreas reivindicadas.

Ao acampar diretamente na terra reivindicada, visam se organizar e fortalecer a luta através do vínculo com a terra e com os demais sujeitos acampados, bem como, através das atenções diárias em resolver as inúmeras demandas que surgem na construção desse território de luta.

Uma das demandas fundamentais é a necessidade de uma autonomia alimentar, que num acampamento à beira de estrada, torna-se ainda mais difícil a produção de alimentos, sendo então um dos pontos que “fragilizam” a continuidade da luta. Daí justifica-se a territorialização de novas estratégias de ocupação para viabilizar a produção de alimentos para manter as famílias acampadas.

Porém a materialização dessa produção enfrenta diversas dificuldades por que as prioridades mudam rapidamente de acordo com a emergência circunstancial, desde a primeira que é a própria organização e estabelecimento territorial do acampamento produtivo; às técnicas utilizadas para produção, como também, a existência de áreas com topografia e solos apropriados; dentre outras dinâmicas evidentes que reproduzem a histórica expulsão dos

1 Mestranda no PPGG da Universidade Federal do Tocantins – UFT. [matosarq@yahoo.com.br](mailto:matosarq@yahoo.com.br)  
2 Orientador: Elizeu Ribeiro Lira – PPGG – UFT. [liraelizeu@uft.edu.br](mailto:liraelizeu@uft.edu.br)  
Resumo Expandido resultado de Projeto de Pesquisa, em Programa de Pós-Graduação em Geografia.



camponeses, principalmente, os conflitos violentos gerados pelo interesse e pressão de grupos relacionados ao latifúndio, que requerem o domínio das áreas; somados também às contradições com o INCRA em várias circunstâncias. A participação em manifestações ou encontros municipais, regionais, estaduais e nacionais, organizadas pelo MST, ou em conjunto com outros movimentos que reivindicam o atendimento e respeito aos direitos constitucionais, que então entram como prioridade de ações dos acampados de acordo com o planejamento do calendário de lutas e com as respostas dos elementos externos ao acampamento, seja uma investida violenta imposta sobre outro acampamento, seja uma reintegração de posse, faz com que todos os acampamentos se envolvam buscando estratégias solidárias para a manutenção da luta, promover a segurança e acolhimento das famílias atingidas.

No Acampamento Dom Celso, organizado pelo MST como um acampamento produtivo, as dificuldades enfrentadas na materialização da produção em busca de tornar o acampamento produtivo faz com que as mulheres e homens, trabalhadores sem-terra, precisem manter/estabelecer vínculos de trabalho nas áreas urbanas mais próximas ou ainda prestando serviços para o latifúndio como forma de adquirir/garantir condições financeiras para permanecerem na luta, essa é uma contradição a desvendar. O que gera diversos conflitos e imensas barreiras para que esses trabalhadores sem-terra se fortaleçam dentro do acampamento, já que as dificuldades de acesso à alimentação e recursos financeiros, assim como a insegurança frente aos ataques constantes do latifúndio aos acampamentos, acabam por empurrá-los mais uma vez às situações de trabalhos precários no campo e/ou nas periferias das cidades.

Por fim, a pesquisa questiona se a estratégia de luta denominada Acampamento Produtivo torna central a produção, em detrimento de priorizar a formação política da classe camponesa e o modo de vida camponês, mantendo a centralidade na conquista, permanência e sucessão da terra.

Marques, Marta Inêz Medeiros, em sua tese, traz análises que coincidem ao contexto da presente pesquisa, quando afirma que o objetivo da luta pela terra para o grupo estudado, contrapõe-se ao objetivo apresentado pelo Programa de Reforma Agrária do INCRA, constatando-se que enquanto para o primeiro a razão principal de sua luta é a realização de um projeto de vida camponês, por meio da conquista da terra, para o segundo a Reforma Agrária visa a integração do sem terra na sociedade de mercado (Marques, 2000).

Assim observamos a criação de mais de uma associação no acampamento visando organizar a produção conforme é o padrão esperado pelas políticas públicas de apoio a



agricultura familiar. O que tem gerado mais conflitos entre os acampados, dividindo-os em grupos visando decisões ligadas a gerência da produção, distanciando da centralidade de luta pela terra em primeiro plano, misturando, confundindo fases da luta e, assim, causando uma sobreposição dos conceitos de acampamento e assentamento devido, também, no caso do Acampamento Dom Celso, a área reivindicada e ocupada ser lotes de um assentamento criado em 1995, o PA Retiro, e portanto os acampados pleiteiam a regularização para torná-los os novos assentados dessa área.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIRA, Elizeu R. (org) **Geografia Agrária do Tocantins: Campesinato, Latifúndio e Conflitos**. Goiânia. Kelps, 2018.

\_\_\_\_\_. **A Comunidade Jacutinga e a Luta pela Posse da Terra**. Porto Nacional. Pote de Barro, Revista Produção Acadêmica, 2005.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De Sem-Terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha-GO**. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Sousa. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e Política no Brasil**. Petrópolis. Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas Camponesas do Brasil**. Brasília, D.F.: IATTERMUND, 1997.

1 Mestranda no PPGG da Universidade Federal do Tocantins – UFT. [matosarq@yahoo.com.br](mailto:matosarq@yahoo.com.br)

2 Orientador: Elizeu Ribeiro Lira – PPGG – UFT. [liraelizeu@uft.edu.br](mailto:liraelizeu@uft.edu.br)

Resumo Expandido resultado de Projeto de Pesquisa, em Programa de Pós-Graduação em Geografia.





\_\_\_\_\_. **A Marcha dos Camponeses Rumo à Cidade.** Rondônia, Ed. Edefro, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo.** São Paulo, Contexto 1989.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo. Conflitos e violência; Movimentos sociais e resistência; Os sem-terra e o neoliberalismo.** São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1987

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_.et all. **Território em Conflito: Terra e Poder.** Goiânia. Kelps, 2014.

PORTO-GONÇALVES, et al. **O campo se manifesta. A questão (da reforma) agrária no Brasil.** Conflitos no Campo. CPT Nacional, 2014.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

\_\_\_\_\_. **La clase incómoda.** Madrid, Alianza Editorial, 1983.

VELHO, Otavio G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

disponível em: <http://books.scielo.org/>

XAVIER, Jonathas Adonias; LIRA, Elizeu Ribeiro (org). **Por uma geografia portuense: sociedade, ambiente e educação.** Goiânia: Kelps, 2025.

<http://www.mst.org.br/2017/03/15/em-tocantins-mobilizacao-pede-liberdade-para-presos-politicos-do-mst.html>

<http://www.mst.org.br/2017/03/13/pm-ataca-acampamento-sem-terra-em-porto-nacional-tocantins.html>